

**JOSUÉ DE CASTRO (1908-1973) E A DITADURA CIVIL-MILITAR
BRASILEIRA****JOSUÉ DE CASTRO (1908-1973) AND THE BRAZILIAN CIVIL-MILITARY
DICTATORSHIP**Lucas Barroso Rego¹**Resumo**

O presente artigo analisa a trajetória polissêmica de Josué Apolônio de Castro (1908-1973), uma das personalidades investigadas pelo projeto de pesquisa “A UFRJ e a ditadura civil-militar (1964-1985): lugares de memória e trajetórias”, vinculado à Divisão de Memória Institucional (DMI) do Sistema de Bibliotecas e Informação (SiBI) da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Nesse contexto, são analisados os principais eventos que Josué de Castro vivenciou antes e durante a ditadura civil-militar brasileira, em sua atuação no campo da geografia, sociologia, política e diplomacia. Os caminhos metodológicos partem de uma abordagem qualitativa. Os resultados revelam a tensão entre a repressão ditatorial e a resistência em sua vida, na qual, mesmo à distância no exílio, buscou criar alternativas para continuar sua luta por um mundo mais justo, fraterno e igualitário. Este estudo contribui para a compreensão da importância de sua atuação, que deixou marcas indeléveis na história do Brasil e no campo internacional, servindo como inspiração para futuros estudos sobre as trajetórias impactadas pela repressão ditatorial brasileira.

Palavras-chave: Trajetória; Josué de Castro; ditadura.

Abstract: The present article analyzes the multifaceted trajectory of Josué Apolônio de Castro (1908-1973), one of the figures studied by the research project “UFRJ and the civil-military dictatorship (1964-1985): places of memory and trajectories”, linked to the Division of Institutional Memory (DMI) of the Library and Information System (SiBI) of the Federal University of Rio de Janeiro. In this context, the main events that Josué de Castro experienced before and during the Brazilian civil-military dictatorship are examined, focusing on his work in geography, sociology, politics, and diplomacy. The methodological approach follows a qualitative perspective. The results reveal the tension between dictatorial repression and resistance in his life, where, even from exile, he sought to create alternatives to continue his fight for a more just, fraternal, and egalitarian world. This study contributes to the understanding of the importance of his work, which left an

¹ Mestrando em História Social pelo Programa de Pós-graduação em História Social (PPGHIS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com Bolsa Nota 10 da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ). Especialista em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e o mundo do trabalho e em Currículo e prática docente nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, ambos pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Licenciado em História pela Universidade Candido Mendes (UCaM), licenciado em Pedagogia pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci (Uniasselvi) e bacharel em História pela UFRJ. Ao longo de sua trajetória acadêmica, apresentou resultados de suas pesquisas em eventos nacionais e internacionais. Possui experiência no ensino básico, na organização de eventos acadêmicos e em editoração científica. Tem interesse nas áreas de Ensino de História, História Contemporânea, História Oral, História e Memória das Ditaduras na América Latina, Autoritarismos, Movimentos Sociais, Futebol, Gênero e Sexualidade.

indelible mark on Brazilian history and the international arena, serving as inspiration for future studies on trajectories impacted by Brazilian dictatorial repression.

Keywords: Trajectory; Josué de Castro; dictatorship.

Introdução

Essa investigação se insere no projeto de pesquisa intitulado “A UFRJ e a ditadura civil-militar (1964-1985): lugares de memória e trajetórias”, vinculado à Divisão de Memória Institucional (DMI) do Sistema de Bibliotecas e Informação (SiBI) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

O projeto tem como um de seus objetivos investigar os impactos repressivos e as violações de direitos humanos ocasionados pelo regime ditatorial na Universidade e também compreender as relações de conflito, conciliação e apoio de integrantes do corpo social da instituição com o governo autoritário. Além disso, analisa a trajetória dos quarenta e cinco docentes da instituição que foram cassados durante o regime ditatorial brasileiro².

No último contexto ditatorial, as reformas no Ensino Superior combinaram a racionalização de recursos, expansão de vagas, fomento à pesquisa e reorganização da carreira docente com práticas repressivas, como censura a ideias progressistas, vigilância da comunidade acadêmica e subjogação do movimento estudantil. Embora inspiradas em propostas anteriores ao golpe, as reformas refletiram o caráter autoritário do regime, que buscava disseminar valores tradicionais por meio de propaganda e disciplinas de moral e civismo, como os Estudos de Problemas Brasileiros (EPB), ao mesmo tempo em que afastava intelectuais críticos e reprimia manifestações contrárias à política universitária (Motta, 2014, p. 56).

A UFRJ, antiga Universidade do Brasil (UB), assim como outras instituições de ensino superior, foi profundamente impactada pela ditadura civil-militar instaurada com o golpe de 1964. A repressão se manifestou por meio de vigilância, perseguições e expulsões de membros do corpo social, além da censura às bibliotecas e às pesquisas. A violência afetou diretamente a vida de estudantes, técnicos e professores.

Apesar de tentativas do regime de alinhar o ensino superior a seus ideais conservadores, como a criação de programas de pós-graduação (Motta, 2014, p. 56), a UFRJ enfrentou um esvaziamento significativo de docentes e a expulsão de estudantes.

² Para ler mais trabalhos sobre outros docentes da UFRJ cassados durante a ditadura civil-militar, ver: Rego e Queiroz (2024) e Rego (2024; 2025).

Esse cenário afetou diretamente o desenvolvimento de áreas como ciências humanas, sociais e artes, além de intensificar o controle sobre acervos das bibliotecas universitárias e sobre o que podia ser ensinado, pesquisado e publicado na instituição.

Logo após o golpe, em abril de 1964, dois docentes da UFRJ foram presos: o físico e professor da Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi), Plínio Sússekind Rocha, e o médico e professor da Escola de Enfermagem, Manoel Isnard de Souza Teixeira. Poucos meses depois, em agosto, o físico e professor José Leite Lopes, também da FNFfi, foi detido, ilustrando o rápido alcance da repressão política dentro da então Universidade do Brasil (Queiroz, 2021, p. 189).

Dentre os quarenta e cinco docentes da UFRJ cassados durante a ditadura, destaca-se Josué Apolônio de Castro (1908-1973). Médico, filósofo e intelectual de renome internacional, ele foi uma figura polissêmica no campo da saúde e das humanidades no âmbito nacional e internacional. Nascido em 5 de setembro de 1908, em Recife (PE), foi o filho único da professora Josepha Carneiro de Castro e do comerciante paraibano Manoel Apolônio de Castro.

Oriundo de uma família de classe média, frequentou os melhores colégios da capital pernambucana. Iniciou sua educação em um colégio local e depois foi aceito no Instituto Carneiro Leão, onde estudou sob a orientação de Pedro Augusto Carneiro Leão. Em 1921, aos 13 anos, ingressou no Ginásio Pernambucano, uma das instituições de ensino mais tradicionais do Brasil. Aos 15 anos, após terem burlado a sua idade em um documento (Melo; Neves, 2007, p. 41), foi admitido precocemente na Faculdade de Medicina da Bahia (FAMEB), como desejavam seus pais.

Em dezembro de 1929, transferiu-se da FAMEB para a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, formando-se aos 21 anos. Mais tarde, em 1939, graduou-se também em Filosofia pela mesma instituição. O recém-formado iniciou sua carreira docente lecionando Fisiologia na Faculdade de Medicina do Recife e esteve presente na fundação da Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais, onde ensinou Antropogeografia Social.

Mais tarde, foi nomeado para a cátedra de Antropologia na Universidade do Distrito Federal (UDF), no Rio de Janeiro. Com o fechamento da UDF em 1939, porém, sua estrutura docente foi incorporada à Universidade do Brasil (UB), onde Josué assumiu a cátedra de Geografia Humana na FNFfi. Tempos depois, também foi professor e diretor do futuro Instituto de Nutrição da universidade.

Ao longo de sua carreira, o pernambucano ocupou diversas cadeiras, foi candidato ao Prêmio Nobel de Medicina em 1954 e ao da Paz em 1963 e 1970. No campo político,

filiou-se ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e, em 1952, tornou-se presidente do Conselho Consultivo da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, ocupando o cargo até 1956. Foi eleito deputado federal por Pernambuco em 1954 e reeleito em 1958. Em 1962, renunciou ao mandato para assumir o cargo de Chefe da Delegação do Brasil em Genebra, nomeado pelo presidente João Goulart.

Contudo, em março de 1964, viu sua trajetória política nacional ser interrompida por um golpe civil-militar. No dia 09 de abril, o intelectual foi exonerado de seu cargo diplomático, e no dia seguinte, com a publicação do Ato Institucional nº 1, seus direitos políticos foram cassados por um período de dez anos, sendo um dos primeiros docentes da UB a sofrer as sanções do novo regime ditatorial.

Ao longo de sua trajetória intelectual, estando no Brasil ou no exterior, Josué de Castro investiu sua energia nos problemas da alimentação, na diversidade étnico-racial, na justiça social e na geografia urbana brasileira. Viveu exilado na França, em decorrência da repressão ditatorial, até sua morte, em 24 de setembro de 1973, deixando um legado de dezenas de importantes obras publicadas em diversos países.

O recifense atuou como geógrafo, cientista social, político e escritor, destacando-se como a principal referência brasileira no combate à fome em sua época. Reconhecido mundialmente, foi pioneiro no estudo da desnutrição, dedicando sua vida à luta contra a escassez de alimentos e as desigualdades sociais. Partindo de suas contribuições e legados, o artigo possui o objetivo de analisar os principais eventos que Josué de Castro vivenciou antes e durante a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985).

O presente trabalho é, assim, fruto de uma investigação qualitativa (Aires, 2011), fundamentada em um estudo de caso (Yin, 2005). Para esse fim, o caminho metodológico utilizado neste artigo é de base indiciária (Ginzburg, 1989), que sugere que uma escala específica de análise influencia a produção de determinado conhecimento, bem como sua própria estrutura e narrativa (Revel, 1998, p. 19-20).

Metodologia

As memórias subterrâneas, aquelas que foram silenciadas e marginalizadas pela história oficial construída por agentes estatais, são cristalizadas nos pequenos detalhes de seus indivíduos dominados. A compreensão e análise dessas memórias e seus receptáculos emergem, portanto, como fundamentais para desvelar as lacunas e distorções presentes na chamada “narrativa oficial” (Jelin, 2012, p. 71-72). Nesse contexto, a trajetória de vida é reivindicada na historiografia como um caminho possível para esse

processo analítico.

Assim como o próprio rumo da história, a trajetória de uma vida não é guiada por um deslocamento lógico, linear, coerente, unidirecional, orientado e teleológico. Existem encruzilhadas, emboscadas, imprevisibilidades e acontecimentos que marcam, de modo singular e diversificado, a passagem de cada existência individual. Narrá-la é, portanto, percorrer por fragmentos de acontecimentos dessa existência individual, cuja vida está inserida em contextos amplos de condicionantes temporais, sociais, econômicos e culturais (Bourdieu, 1996, p. 184).

Nessa concepção, a trajetória de um certo indivíduo adquire um significado crucial ao se tornar um elemento constituinte – não apenas contido dentro, mas formador – da sociedade. Nesse contexto, a memória desse indivíduo ganha uma grande relevância historiográfica. Com isso, suas experiências pessoais, desejos, sofrimentos, decepções, privações e traumas são os pontos de referência que delineiam a singularidade de sua identidade como indivíduo social (Ferreira, 1997, p. 2).

Em meio à recente virada biográfica da história, a investigação da vida dos indivíduos está atrelada aos desenhos de seus amplos panoramas sociais, políticos e culturais que estão inseridos. Desta forma, os vastos cenários (econômicos, culturais, institucionais, legais) nos quais as pessoas se inserem estão relacionados a tomadas de decisão pragmáticas que podem impactar toda uma sociedade de modo micro ou macro. Essa lógica permite, portanto, reconstituir a complexidade, a multiplicidade e a diversidade das experiências sociais e individuais ao longo da história.

Nesse cenário, esse caminho metodológico é estruturado na concepção de que uma escala particular de observação produz efeitos e estratégias de conhecimento, bem como alterações significativas em sua forma e trama. Mudando a escola das escalas de observação, é possível transformar o próprio conteúdo daquilo que é representado e, por conseguinte, analisado (Revel, 1998, p. 19-20).

Essa proposta visa enriquecer a análise social, tomando como base os comportamentos individuais, as relações entre indivíduos, as experiências sociais e a constituição de identidades. Assim, adota-se uma perspectiva a nível local, em que a defasagem entre categorias exógenas e endógenas é mais definida. A partir da análise dos comportamentos de indivíduos, visa-se à reconstrução das modalidades de agregação e de associação social.

De acordo com essa lógica, a escolha individual não é considerada como totalmente oposta à social; ela, ao contrário, visa possibilitar uma abordagem distinta do contexto

social, ao seguir o caminho de um destino específico – seja de um indivíduo ou de um grupo de pessoas – e, junto com ele, a diversidade de espaços e tempos, desvendando a complexidade das relações nas quais se inserem (Revel, 1998, p. 19-20).

Os caminhos abertos por essa perspectiva desembocaram, assim, em uma “nova” história política, social e cultural, cujos limites são voláteis e fluidos. Uma história mais próxima de seus próprios atores e sujeitos, cujos processos sociais passaram a possuir uma dimensão mais humanizada. Uma história capaz de “[...] dar cor e sangue aos acontecimentos, que não ‘acontecem’ naturalmente, mas são produzidos por homens reais, quer das elites, quer do povo” (Gomes, 1998, p. 124).

À luz desses contributos, este trabalho visa analisar a trajetória de Josué de Castro, explorando os principais eventos que vivenciou antes e durante a ditadura civil-militar brasileira, utilizando uma abordagem qualitativa (Aires, 2011) e indiciária (Ginzburg, 1989, p. 150-152; Revel, 1998, p. 19-20), baseada em um estudo de caso (Yin, 2005). Os objetivos, hipóteses e conclusões foram tecidos a partir de fontes contidas na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN), no Diário Oficial da União (DOU) e na Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ).

Consolidação de Josué de Castro como profissional e intelectual renomado no Brasil (1929-1950)

Em dezembro de 1929, aos 21 anos, Josué de Castro concluiu o curso de Medicina. Durante o curso, foi escolhido para fazer parte da Caravana Médica Brasileira, uma expedição à região do rio da Prata entre o final de 1927 e o início de 1928. Na referida Caravana, atuou como representante dos discentes da Universidade do Rio de Janeiro (URJ), antiga UFRJ³.

Ainda que não tivesse participado da solenidade de sua formatura (Melo; Neves, 2007, p. 30), terminou o curso com aprovação distinta em todas as disciplinas cursadas e, por isso, foi contemplado com outra viagem. Após sua passagem pelo México, seguiu para Nova Iorque, nos Estados Unidos. Por lá, estagiou na Universidade de Colúmbia e no Medical Center.

Ao retornar ao Brasil, se transferiu para Recife, deixando o Rio de Janeiro e passando a morar com sua mãe em uma nova residência no bairro da Capunga, na capital

³ O percurso desse ciclo de viagens diplomáticas às Repúblicas Platinas foi informado em algumas edições do Jornal Pequeno. Uma das entrevistas concedidas por Josué de Castro após a viagem está transcrita em Barroso e Queiroz (2025).

pernambucana. Impedido de ser empregado pela Secretaria de Educação, em virtude da Revolução de 1930, o recém-formado montou, com dinheiro emprestado, uma clínica no centro da cidade e, de forma concomitante, também começou a trabalhar como médico em uma grande fábrica local (Melo; Neves, 2007, p. 30).

Essa última experiência permitiu que Josué de Castro empreendesse investigações acerca da subnutrição proletária como condição de sua baixa produtividade. O médico realizou, assim, um primeiro inquérito sobre as condições de vida da classe operária da capital pernambucana, pesquisando cerca de oitocentas famílias empregadas em manufaturas de três bairros da cidade. Esse estudo foi condensado em seu livro *As condições de Vida das Classes Operárias do Recife* (1932) e teve grande repercussão no Brasil, sendo até utilizado como argumento de embasamento para a aplicação do salário-mínimo (Amorim, 2016, p. 76). A partir desse momento, o intelectual começou a focalizar suas atenções investigativas no problema da fome.

Esse período em Recife que foi fundamental para a consolidação da múltipla faceta política, crítica e pesquisadora de Josué Apolônio de Castro. O choque violento com a realidade miserável presente nos bairros da capital pernambucana, iniciada nesse momento, gerou um entusiasmo e inquietação perante a subnutrição e a desigualdade. Segundo o próprio, futuramente em *Homens e caranguejos* (1967):

Não foi na Sorbonne nem em qualquer outra universidade sábia que travei conhecimento com o fenômeno da fome. O fenômeno se revelou espontaneamente a meus olhos nos mangues do Capibaribe, nos bairros miseráveis da cidade do Recife: Afogados, Pina, Santo Amaro, Ilha do Leite. Esta é que foi a minha Sorbonne: a lama dos mangues do Recife, fervilhando caranguejos e povoada de seres humanos feitos de carne de caranguejo, pensando e sentindo como caranguejo (Castro, 1967, p. 12).

A partir do início dessa nova década, passou a lecionar em Recife. Em 1932, inscreveu-se e foi aprovado em um concurso de livre-docência da cátedra de Fisiologia da Faculdade de Medicina do Recife. De início, sua aprovação foi vetada, sob alegação de que não teria idade suficiente, mas o diretor da faculdade, o professor Otávio de Freitas, permitiu seu ingresso (Amorim, 2016, p. 77). Para ocupar a cadeira, defendeu a tese *O problema fisiológico da alimentação no Brasil*. Assumiu a cátedra e, em pouco tempo depois, foi eleito como representação docente da unidade.

Pouco tempo depois, Castro, seguindo o caminho das Ciências Humanas, foi um dos fundadores da Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais do Recife, inaugurada em 22 de setembro de 1933. Nessa instituição pioneira em Pernambuco (PE), lecionou a disciplina de Antropogeografia Social também exerceu a função administrativa de vice-

diretor. Nesse momento, a partir de seus estudos da área de antropologia, houve uma aproximação com o grande campo da geografia.

Após cinco anos em Recife, retornou ao Rio de Janeiro, deixando a estabilidade de sua clínica e carreira catedrática. Na capital da República, abriu outra clínica, que rapidamente se popularizou. Além disso, na área da docência, como vislumbrado pelo próprio Josué de Castro, já referência nacional nas áreas de nutrição e antropologia, recebeu uma indicação de Edgard Roquette-Pinto (1884-1954) e foi admitido como responsável pela cátedra de antropologia na recém-criada Universidade do Distrito Federal (UDF).

Nessa função, lecionou as disciplinas de Antropologia Física e Geografia Humana. Entretanto, com a implementação da ditadura do Estado Novo e a consequente perseguição política a dissidentes políticos, a UDF foi obrigada a encerrar suas atividades e as estruturas docente, discente e física foram realocadas para a nova Universidade do Brasil (UB), antiga Universidade do Rio de Janeiro (URJ). Em 1939, Castro se graduou em Filosofia pela Universidade do Brasil (UB).

No ano de 1930, a Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi), abrangendo as licenciaturas e as humanidades da UB, foi criada. Em 1940, Josué de Castro foi indicado pelo governo de Vargas e nomeado para a cátedra de Geografia Humana na nova instituição. Nesse novo cargo, seu primeiro trabalho publicado foi a tese para o concurso de professor titular, sob o título *Fatores da localização da Cidade do Recife: um ensaio de geografia urbana*, publicada na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Ao longo da década de 1940, atuou também como Chefe do Departamento de Geografia e do Conselho Departamental da FNFfi.

Em 1943, no contexto da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), o professor Josué de Castro idealizou a construção do Serviço Técnico de Alimentação Nacional (STAN) da Coordenação de Mobilização Econômica, criado a partir da portaria nº 5/42, de 19/10/1942. Com a sua criação, Castro foi designado como chefe do órgão, que tinha como objetivo orientar a produção agrícola no Brasil. Posteriormente, em 1946, o Serviço passou a ser vinculado à Universidade do Brasil (UB) e se transformou no Instituto de Nutrição, no qual o cargo de diretor continuou ocupado pelo professor. Unindo sua aproximação teórica com o ramo geográfico e a sua experiência no campo da nutrição, em 1946, aos 38 anos, publicou sua célebre e pioneira obra *Geografia da Fome* (1946).

A entrada de Josué de Castro na política brasileira e internacional (1950-1964)

Josué de Castro permaneceu na cátedra de Geografia Humana da Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi) da Universidade do Brasil (UB) até o início da década de 1950, quando se ausentou de seu cargo catedrático para ingressar na vida político-partidária brasileira de forma mais incisiva e direta. Em 1950, filiou-se ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) para concorrer às eleições parlamentares do mesmo ano como deputado federal por Pernambuco. Mesmo com grandes propagandas locais e com apoio direto de Getúlio Vargas, não chegou a receber nem 5.000 votos e não foi eleito, ficando com a sexta suplência dos dez deputados federais eleitos pelo partido.

Com a vitória democrática de Vargas, Josué de Castro foi nomeado como presidente da Comissão Nacional de Alimentação, ainda mantendo suas atribuições como Diretor do Instituto de Nutrição da Universidade do Brasil (UB). Em 1951, também foi indicado para ocupar o cargo de vice-presidência da nova Comissão Nacional do Bem-Estar Social (CNBS), chefiada pelo então ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, Danton Coelho (1906-1961).

Os seus cargos políticos nessas Comissões fizeram com que Josué de Castro adquirisse uma maior visibilidade internacional a partir de uma participação mais efetiva nos debates e eventos globais, fomentando até um vínculo institucional maior com a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), no qual era integrante desde 1947. Em 1952, por uma diferença de apenas quatro votos, Castro foi eleito presidente do Conselho Consultivo da FAO, exercendo essa função diplomática até 1956. As reuniões do Conselho aconteciam de forma semestral, o que não exigiu uma mudança de residência.

A partir da FAO, sua influência em políticas internacionais se ampliou, consolidando-o como uma referência mundial em assuntos relacionados ao subdesenvolvimento — termo do qual se orgulhava de ter sido o criador (Manchete, 1973) —, à subnutrição e à fome. Em 1952, o professor Josué de Castro chegou a ser recebido em Washington pelo então presidente Harry S. Truman (1884-1972). A conversa entre os dois rondou em torno do combate à fome e de uma proposta de Castro de organizar uma reserva internacional de alimentos voltada às populações de países em desenvolvimento que sofressem da subnutrição.

Em 1954, mesmo não ganhando, foi indicado ao Prêmio Nobel de Medicina. Entretanto, nesse ano, realizou uma façanha muito esperada. Para as eleições legislativas de 03 de outubro de 1954, Josué de Castro, ainda filiado ao PTB de Pernambuco, tentou novamente sua candidatura ao cargo de deputado federal. Todavia, nesse momento, a

partir de uma coligação partidária com outros seis partidos e da articulação de uma ampla rede de apoios, Castro, com 14.076 votos, foi eleito representante pernambucano na Câmara Federal, sendo o sétimo mais votado da coligação. Em seu novo cargo político, atuava de forma ativa nos debates da tribuna da Câmara dos Deputados, também em comícios, manifestações e ministrando conferências no Brasil e no exterior (Amorim, 2016, p. 159).

Em 1955, em virtude de seus feitos, foi agraciado com o recebimento do Prêmio Internacional da Paz, condecoração concedida à época pela União Soviética (URSS). O recebimento desse prêmio abriu portas para que, anos mais tarde, ocupasse, de forma unânime, um cargo de membro estrangeiro na Academia Nacional de Ciências de Moscou. Além disso, em 1957, em conjunto com o padre Louis-Joseph Lebreton (1897-1966) e outros intelectuais, fundou, em Paris, a Associação Mundial de Luta contra a Fome (ASCOFAM) e tornou-se presidente da organização, que desenvolveu importantes ações no Nordeste brasileiro.

Em uma grande votação para as eleições de 1958, Josué de Castro foi eleito para o seu segundo mandato, tornando-se, na época, o deputado federal mais votado da história do estado de Pernambuco e de toda a região do Nordeste, recebendo 33.656 votos. Nesse mesmo ano, também foi agraciado com a Ordem do Mérito Médico, condecoração recém-criada pela lei nº 1074/1950 com o objetivo de premiar feitos e serviços notáveis de médicos nacionais e estrangeiros ao país.

No dia 1º de julho de 1960, o deputado Josué de Castro, representante do Brasil, foi eleito o presidente da primeira sessão do Comitê Consultivo da Campanha Mundial contra a Fome, sob égide da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO). Ainda nesse ano, Castro também foi um dos três representantes do estado de Pernambuco (PE) que disputavam o cargo de chefia do Ministério da Agricultura. Segundo o deputado federal pernambucano, ele se dizia candidato há anos. Entretanto, ainda no ano de 1960, João Goulart (1919-1976), o vice-presidente de Juscelino Kubitschek (1902-1976), vetou formalmente a sua indicação.

Em 1962, estando desiludido com a política brasileira, Josué de Castro renunciou ao seu mandato de deputado federal pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) do estado de Pernambuco, a fim de ser nomeado, pelo então presidente da República João Goulart, para o cargo de Chefe da Delegação do Brasil em Genebra, com a categoria de Embaixador para assuntos ligados à Organização das Nações Unidas (ONU). Em seu novo cargo, desenvolveu importantes investigações acerca de mudanças políticas e

sociais no Brasil e no mundo, exercendo também atividades de representante do Brasil junto ao Conselho de Administração da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e de chefe da delegação brasileira na Conferência do Desarmamento, no qual era um dos seus grandes entusiastas (Amorim, 2016, p. 30).

O diplomata também expressava seu público e explícito apoio às Ligas Camponesas, movimento pela reforma agrária no Brasil, iniciado nos anos 1950, tendo como principal líder e impulsionador o advogado e deputado do Partido Socialista Brasileiro (PSB), Francisco Julião (1915-1999) (Gomes, 2019).

Em virtude de seus empreendimentos em prol do desarmamento e da paz mundial, em 1963, Josué de Castro foi um dos indicados ao Prêmio Nobel da Paz, cuja candidatura foi lançada formalmente pela Associação do Parlamento Mundial e apoiada por personalidades e diversas agremiações científicas e governamentais na Europa, Ásia, América e Brasil. Mesmo com a indicação de mais de quinze países, o governo do Brasil não expressou nem solidariedade à sua candidatura. O Prêmio foi vencido pelo Comitê Internacional da Cruz Vermelha e pela Federação Internacional das Sociedades da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho, em decorrência de suas atuações em prol da defesa global dos direitos humanos.

De janeiro de 1963 a dezembro de 1964, Josué de Castro também foi membro do Conselho Diretor do Instituto Cultural Brasil-Cuba, organização fundada em 16 de fevereiro de 1962 cujo presidente era Oscar Niemeyer (1907-2012). Sua relação com a Revolução Cubana (1959) era um pouco mais antiga. Um fato disso é que em 26 de julho de 1962, juntamente com outras personalidades, assinou um manifesto de solidariedade ao Povo Cubano, conforme consta em relatório do Serviço Nacional de Informações (SNI) datado de 16 de setembro de 1975.

Josué de Castro e a ditadura civil-militar (1964-1973)

O ambivalente mês de março de 1964 foi decisivo para os rumos do Brasil e para a carreira de Josué de Castro. No início do mês, mais precisamente no dia 13 de março, o embaixador estava presente no histórico comício da Central do Brasil e almejava mudanças concretas (Melo; Neves, 2007, p. 69), porém, ao final do mês, assistiu incrédulo à eclosão de um golpe militar que o destituiu de seu cargo diplomático e cassou seus direitos políticos. Vale destacar que Josué de Castro foi um dos primeiros professores da Universidade do Brasil (UB) a ser cassado pelo Ato Institucional nº 1.

No dia 09 de abril de 1964, Ranieri Mazzilli (1910-1975), o então presidente da Câmara dos Deputados em exercício do cargo de presidente interino da República,

dispensou Josué Apolônio de Castro da função de Chefe da Delegação do Brasil em Genebra. A exoneração foi publicada nesse dia no Diário Oficial da União. No dia seguinte, após a outorga do primeiro Ato Institucional, o governo militar publicou, também em Diário Oficial, a primeira lista de suspensão de direitos políticos, cassando os direitos de cem personalidades políticas por um prazo de dez anos. Josué de Castro apareceu na trigésima posição da lista.

Sobre sua dispensa e cassação, Castro, em Genebra, classificou-as como inacreditáveis e, no momento posterior do recebimento da notícia, encontrava-se perplexo diante da decisão, uma vez que, mesmo com a deposição de João Goulart pelos militares, tinha a expectativa de continuar exercendo seu cargo diplomático. *O Jornal*, periódico carioca diário que apoiou o golpe e o governo militar, informou a população acerca da reação de Josué de Castro à sua exoneração:

Em Genebra, o embaixador Josué de Castro, chefe da delegação brasileira à Conferência de Desarmamento, definiu como ‘incrível’ a deliberação dos chefes militares brasileiros de cassar mandatos parlamentares. Disse o sr. Josué de Castro: “Considero-me ainda representante oficial brasileiro junto a Conferência de Desarmamento. Não recebi qualquer comunicado. Do que sei pela imprensa, posso afirmar que fatos como êsses jamais se tinham verificado no Brasil, até o momento” (*O Jornal*, 1964, p. 1, 8).

Em 14 de abril de 1964, antes do início de uma das sessões da Conferência do Desarmamento, em Genebra, um porta-voz da delegação brasileira anunciou à imprensa a destituição de Josué de Castro de suas funções como embaixador-chefe das missões brasileiras. A decisão causou diversas reações nos presentes e em algumas associações internacionais, que expressaram numerosas manifestações de solidariedade, entre elas, por exemplo, a Liga dos Direitos do Homem. Ao ser notificado, Castro deixou o cargo de forma imediata e a Suíça, entregando até a chapa diplomática de seu carro ao governo suíço, porém dias depois recebeu-a de volta com a informação governamental de que ele continuava gozando das prerrogativas de embaixador (*Última Hora*, 1965, p. 4).

O cargo vago de Chefe da Delegação do Brasil à Conferência do Desarmamento, em Genebra, passou a ser ocupado inicialmente pelo diplomata Eduardo Moreira Hosannah. Já para o posto de liderança da Delegação Permanente do Brasil, também em Genebra, foi nomeado o diplomata Antônio Correia do Lago, antigo embaixador do Brasil em Caracas, capital da Venezuela, tendo a responsabilidade de representar o Brasil em dez organismos internacionais diferentes.

Dias após sua exoneração, Josué de Castro, juntamente com outros professores

brasileiros cassados pelo regime ditatorial militar, foi formalmente convidado pela reitoria da Universidade do Chile para compor seu corpo docente. Mesmo declinando do convite, essa proposta, dias após ser exonerado de um importante cargo diplomático, demonstrou a continuidade de sua brilhante carreira internacional. Recebeu ainda outras solicitações catedráticas de mais doze universidades internacionais, sendo nove delas localizadas na América, como no México, no Uruguai e no Peru, por exemplo, e também em África. Meses após, concluintes do curso de Sociologia da Universidade Central da Venezuela o elegeram como seu paraninfo.

Entretanto, ao final do mês de abril de 1964, o ex-embaixador-chefe brasileiro, após alguns países terem aberto as suas portas para asilá-lo, despediu-se de Genebra e resolveu fixar residência em Paris, capital da França, a fim de dirigir a nova filial francesa do Centro Internacional de Desenvolvimento (CID), uma instituição financiada por industriais franceses que tinha o objetivo de contribuir para o pleno desenvolvimento de países do chamado Terceiro Mundo. Em território francês, também lhe foi proposto ser docente em cursos regulares sobre a temática de problemas de geografia humana no Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social e no Instituto de Altos Estudos Latino-Americanos, ambos vinculados à Universidade de Paris.

Sobre essas oportunidades, em suas palavras,

“Não tive dúvidas em aceitar a direção do centro internacional para o desenvolvimento, e estabelecer-me em Paris” - declarou em Genebra Josué de Castro, a um correspondente do jornal francês “Le Monde”. [...] “Serei o primeiro diretor deste novo organismo - declarou de Castro - e sou grandemente comovido pela honra. Tenho a esperança de que a importância do Centro permitir-me-á levar a bom fim minha tarefa. É um setor que é para mim particularmente atrativo” (Jornal do Commercio, 1964, p. 1).

Nesse contexto, Gomes (2019) aponta que, após a indicação de Castro para esse cargo diplomático, a Seção de Segurança Nacional do Ministério das Relações Exteriores solicitou à Embaixada em Paris informações detalhadas sobre o CID, tais como os nomes dos seus dirigentes e financiadores, bem como o tamanho de suas instalações e seus projetos. Além disso, a Embaixada brasileira, ao longo da permanência do geógrafo na França, enviava ao Itamaraty todas as publicações do intelectual na imprensa, que, frequentemente, o consultava, diante de sua proeminência intelectual, sobre questões latino-americanas (Gomes, 2019).

No início do mês de maio de 1964, a Universidade Livre de Bruxelas e a Universidade Católica de Lovaina convidaram Josué de Castro para pronunciar

conferências na capital da Bélgica. Após essas palestras, o chanceler belga Paul Henry Spaak (1899-1972) também o convidou para participar do futuro Seminário do Centro Internacional do Diálogo, que seria realizado no mês seguinte no Castelo de Karreveld, a fim de ministrar acerca da situação econômica da América Latina e de possíveis contribuições de países europeus ao seu pleno desenvolvimento. Ao final do mês de maio, também palestrou no Centro Europeu de Investigações Nucleares, em Genebra, sobre sua especialidade teórica e prática: a luta contra a fome (Jornal do Commercio, 1964, p. 1).

Em junho de 1964, além de ser conferencista na Bélgica, Josué de Castro também foi convidado para debater os planos de atividades do Instituto de Altos Estudos da Califórnia, nos Estados Unidos, no qual foi eleito presidente do Conselho Diretor. No mês seguinte, participou do Colóquio do Mediterrâneo, organizado no Palácio Vecchio, em Florença, pelo síndico Giorgio La Pira (1904-1977), advertindo os presentes acerca da subalimentação e do armamento nuclear. Já na primeira quinzena de agosto de 1964, Josué de Castro foi convidado para palestrar para os delegados da Assembleia Mundial da Juventude e participar de uma mesa-redonda realizada na Universidade de Massachusetts, nos Estados Unidos, sobre a temática de tendências políticas e econômicas da América Latina. Em território estadunidense, também presidiu, em Nova Iorque, uma das reuniões da Convenção Pré-constituição Mundial (Última Hora, 1964, p. 3).

Entre 17 e 20 setembro de 1964, Josué de Castro presidiu os trabalhos do IV Simpósio Internacional Teilhard de Chardin, evento realizado em Bruges, na Bélgica, e organizado pela Sociedade Pierre Teilhard de Chardin. Patrocinado pela rainha Elizabeth II, o evento teve como tema “A energia universal e a ação humana”. Em outubro, ainda em território belga, Castro, em uma audiência especial com o chanceler Henri Spaak, apresentou o seu plano de criação de uma Universidade Internacional do Desenvolvimento, com o objetivo de formar quadros intelectuais e políticos nos países em desenvolvimento para que possam ser capazes de participar de forma efetiva em seus processos de crescimento. Já em dezembro de 1964, foi convidado pelo primeiro-ministro inglês Harold Wilson (1916-1995) para viajar à Inglaterra a fim de opinar sobre um plano de desenvolvimento do terceiro mundo (Manchete, 1964, p. 37).

No primeiro semestre de 1965, Josué de Castro viajou à América Latina com o objetivo de ministrar cursos e conferências em diversas universidades latino-americanas. Inicialmente, aportou no México e depois seguiu para o Peru. Em Lima, foi condecorado com o título de doutor “honoris causa” e com uma bandeja de prata pelos corpos docente e discente da Universidade Nacional de Engenharia, onde palestrou sobre a dinâmica do

desenvolvimento latino-americano (Diário de Natal, 1965, p. 1).

Depois seguiu para o Chile, onde pronunciou uma conferência intitulada “A Fome e o Subdesenvolvimento na América Latina” na Universidade do Chile. Em seguida, se encaminhou para o Equador. Por fim, a convite da Universidade de Buenos Aires, viajou à Argentina para dissertar sobre o tema “Brasil, São Domingos e a situação atual da América Latina” na aula magna da Faculdade de Medicina e para jantar com as principais autoridades do país, como, por exemplo, o presidente da República Arturo Umberto Illia (1900-1983) (O Jornal, 1965, p. 5).

Durante a segunda quinzena de junho, foi convidado para participar de uma conferência sobre o futuro da Organização das Nações Unidas (ONU), realizada na Califórnia, nos Estados Unidos. No início de agosto, tirou férias de duas semanas na Praia de Estoril, em Lisboa, capital de Portugal. Findado o curto período sabático, retornou, por via marítima, a sua residência em Paris (Tribuna da Imprensa, 1965, p. 10).

Em 1966, Josué de Castro continuou palestrando na Europa. No primeiro semestre, novamente, pronunciou conferências em Genebra (Suíça) e em Bruxelas (Bélgica) sobre a fome e o subdesenvolvimento. Em maio, presidiu a sessão inaugural da conferência da União Nacional das Cooperativas Agrícolas de Cereais. Já em agosto do mesmo ano, Castro divulgou a sua iniciativa, juntamente com o filósofo francês Jean-Paul Sartre (1905-1980) e outras sete personalidades intelectuais, de formação de um tribunal especial, sediado em Paris, para julgar os crimes de guerras cometidos no Vietnã pelo presidente estadunidense Lyndon Johnson (1908-1973) e seus secretários de Estado, Dean Rusk (1909-1994), e da Defesa, Robert McNamara (1916-2009) (Jornal do Comércio, 1966, p. 13).

No ano de 1967, em abril, viajou para a América do Norte, a convite da Rádio Televisão do Canadá, para falar sobre a fome e o subdesenvolvimento no mundo. Em território canadense, também se reuniu com alguns professores, com o reitor da Universidade de Montreal, Roger Gaudry (1913-2001), e com o ministro de Educação de Quebec, Jean Jacques Bertrand (1916-1973). Depois seguiu para os Estados Unidos para acompanhar o lançamento da edição em inglês de um de seus livros. No mês seguinte, foi recebido como hóspede oficial do governo do Irã por 10 dias. Sendo recebido pelo Xá Maomé Reza Pálavi (1919-1980) e pelo primeiro-ministro Hoaveyca, Josué de Castro expôs seus planos de cooperação mútua entre o governo iraniano e o CID (O Jornal, 1967, p. 2).

No dia 20 de junho de 1967, o Consulado-Geral do Brasil em Nova Iorque emitiu

um passaporte comum para Josué de Castro com validade até 19 de junho de 1971. Oito dias depois da emissão, mas gozando das prerrogativas do passaporte da ONU, vindo dos Estados Unidos, desembarcou no Aeroporto do Galeão e retornou ao Brasil em missão oficial na qualidade de presidente do CID e representante europeu do Instituto de Formação Humana e Pesquisa. Sua viagem foi gerida no sentido de debater e investigar problemas específicos ligados à subnutrição e à fome em países em vias de desenvolvimento. Em seu retorno, reviu familiares e amigos. Um dia após sua chegada, o *Jornal do Commercio* noticiou o estado de espírito e as primeiras ações de Josué de Castro em sua estadia em solo brasileiro:

O professor Josué de Castro, que ontem almoçou com amigos, recebeu visitas de outros e telefonemas de alguns (“muitos amigos ainda não souberam de minha chegada, que era conhecida apenas da família”) disse à noite, ao *Jornal do Commercio*, ter sido um dia absolutamente normal, “de um cidadão brasileiro que retorna à sua Pátria”. Informou não ter tido qualquer problema e que sua visita não inclui nenhuma atividade política, mas sim dos seus trabalhos específicos da ONU. Disse também não ter feito qualquer consulta prévia sobre o seu retorno. Mostrou-se feliz em ter encontrado tudo bem de volta, “sua família, sua biblioteca” (*Jornal do Commercio*, 1967, p. 12).

Um outro objetivo da viagem diplomática de Castro ao Brasil era discutir acerca das possibilidades de instalação de uma filial do Centro Internacional do Desenvolvimento (CID) no Rio de Janeiro, que já possuía sedes na Suíça, França e Canadá. Entretanto, em uma reunião com alguns empresários brasileiros, o presidente do CID concluiu que o momento político ditatorial brasileiro não propiciaria a instalação de um organismo internacional desse tipo.

Em seu embarque de saída no Aeroporto do Galeão, no dia 16 de agosto de 1967, Josué de Castro teceu considerações sobre sua passagem em solo brasileiro, depois de mais de três anos. Dizendo que “[...] é muito difícil uma apreciação exata do momento brasileiro” (*O Jornal*, 1967), o cassado pela ditadura afirmou que encontrou “o Brasil muito vazio e sem rumo definido, numa expectativa geral em busca de uma saída, que ninguém sabe apontar qual” (*Tribuna da Imprensa*, 1967, p. 8).

Depois de sua estadia de quase dois meses no Rio de Janeiro, em continuação a sua missão, seguiu para Caracas a convite da Fundação Criolla, uma organização do país focada na formação humana. Na capital venezuelana, foi recebido pelo presidente Raúl Leoni (1905-1972). Em seguida, viajou para Nova Iorque, ainda na condição de presidente da Associação Mundial de Luta contra a Fome (ASCOFAM). Depois regressou à sua residência em Paris.

No mês seguinte, Josué de Castro participou como ouvinte da Conferência dos 77, evento organizado pelo Grupo dos 77, uma coalizão de nações em desenvolvimento para a garantia de seus interesses econômicos coletivos. A conferência aconteceu em Argel, capital da Argélia. Ainda em novembro, junto com outros vinte participantes, participou da mesa redonda inaugural de uma conferência sobre a “América Latina do Ano 2000”, organizada pelo Instituto para a Integração da América Latina e ocorrida na sede da Escola Latino-Americana de Ciências Políticas e Administração Pública, em Santiago, Chile. O evento foi patrocinado pela Escola e pelo Fundo Jurídico Mundial (Jornal do Commercio, 1967, p. 9).

Ainda no final de 1967, palestrou na Terceira Conferência Latino-Americana de Ciências Políticas e Sociais, realizada na República Dominicana. No início de dezembro, Josué de Castro foi agraciado com homenagens no Brasil. A turma da Escola de Engenharia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) o elegeu como seu patrono. Além disso, os discentes do curso de Sociologia e Política da Fundação José Augusto, localizada em Natal, no Rio Grande do Norte, batizaram a sua entidade representativa estudantil de Diretório Acadêmico Josué de Castro (Manchete, 1967, p. 46).

No primeiro semestre de 1968, viajou mais uma vez ao Brasil. Esteve presente na realização brasileira do Encontro de Royaumont, realizado inicialmente na França em 1961. E em abril, também fez parte da realização da 1ª Reunião dos Conselhos de Cultura, ocorrida no auditório do Ministério da Educação e Cultura (MEC) e presidida pelo então ministro da Educação Tarso Dutra (1914-1983) (O Jornal, 1968, p. 6).

Já em maio, participou de uma conferência nos Estados Unidos, falando sobre o desenvolvimento sul-americano e os interesses estadunidenses na região. Ao final do primeiro semestre de 1968, foi ouvinte de um seminário sobre imperialismo, promovido, em Paris, pela revista católica *Espirit*, e que reuniu importantes personalidades políticas, como os brasileiros Waldir Pires (1926-2018), Max da Costa Santos (1921-1978) e Miguel Arraes de Alencar (1916-2005) (O Fluminense, 1968, p. 4). Em setembro foi à África para uma reunião prospectiva sobre o mundo subdesenvolvido.

O final do ano de 1968 rendeu episódios de reconhecimento ao professor. Em 26 de outubro, Josué de Castro, em Paris, foi condecorado pelo ministro de Educação da Venezuela Siso Martínez (1918-1971) com a Ordem Venezuelana Andres Bello. A distinção foi criada para premiar os altos valores do espírito. A cerimônia aconteceu na residência do embaixador venezuelano Luiz Croze, na capital francesa, e contou com um

alto quórum de personalidades latino-americanas e francesas, principalmente embaixadores e diplomatas. Já na primeira quinzena do mês seguinte, voltou a proferir conferências. Palestrou em Madrid, capital da Espanha, sobre o tema “Recursos humanos e desenvolvimento econômico”, na ocasião de inauguração do ciclo cultural do Ateneu de Madrid. Em dezembro, esteve em Túnis, capital da Tunísia, para uma das reuniões da Associação das Universidades Francófonas (AUF) (Jornal do Commercio, 1968, p. 5).

Por fim, ainda no final do ano de 1968, Josué de Castro se candidatou e foi nomeado pelo governo francês como Professor Associado do Departamento de Ciências Geográficas do Centro Universitários de Vincennes, vinculado à Universidade de Paris. O professor brasileiro foi um dos fundadores do centro universitário experimental, recém-criado em 1968 pela nova lei do ensino superior do governo de Charles de Gaulle (1890-1970) e que, já em seu primeiro ano, contava com cerca de 6200 alunos inscritos (Correio Braziliense, 1969, p. 23). Castro era o único estrangeiro do grupo de dezesseis docentes franceses do Departamento de Geografia.

No ano seguinte, em 1969, continuou exercendo suas funções de educador e diplomata. Em fevereiro, Josué de Castro, já na condição de docente de Ciências Geográficas na Universidade de Paris, foi convidado para falar na Conferência Internacional de Desenvolvimento, em Monte Carlo, em Mônaco (Diário de Notícias, 1969, p. 9). Em maio, o Consulado-Geral do Brasil em Paris prorrogou o seu passaporte comum, emitido no Consulado em Nova Iorque no dia 20 de junho de 1967.

No meio do ano de 1969, com vocação de resolver os grandes problemas da época, o Congresso dos Povos, em sua primeira eleição mundial realizada, elegeu Josué de Castro como seu delegado por um período de dez anos. Em setembro do mesmo ano, pronunciou uma conferência pública no Quebec, província do Canadá. Em sua palestra, abordou as temáticas da violência, do subdesenvolvimento, da distribuição desigual das riquezas e da fome. Condensando a sua exposição em trechos, o *Jornal do Brasil* noticiou suas falas nessa conferência:

Quebeque (AP-JB) - O economista brasileiro Josué de Castro afirmou ontem nesta cidade que a distribuição desigual dos bens materiais representa o problema “mais ameaçador de nossa época”. Durante uma conferência pública, o Sr. Josué de Castro disse que “a pessoa com fome será obrigada a se rebelar, a menos que consiga uma parte da abundância do mundo”, e que “devemos prosseguir no desarmamento e descolonização ao mesmo tempo. Para este fim, a ONU deve ser uma organização supranacional, em lugar de internacional, pois de outra forma o mundo se destina a uma catástrofe” (JORNAL DO BRASIL, 1969, p. 45).

Em outubro de 1969, Josué de Castro também foi convidado para fazer parte da Comissão Internacional do concurso internacional “Os Heróis da Comunidade Mundial”, promovido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Com prêmios de menções, viagens e publicações didáticas, o concurso procurou premiar contribuições de personalidades históricas para a comunidade mundial. Três mil concorrentes venceram (Correio da Manhã, 1969, p. 9).

Na virada para uma nova década, seis anos após a sua exoneração e cassação, mais uma punição oriunda da ditadura civil-militar brasileira atingiu o professor. Em 15 de janeiro de 1970, baixou-se o Ato Complementar 78, que determinava o afastamento de servidores públicos que tivessem sofrido a suspensão dos direitos políticos ou a cassação de mandato eletivo. Assim, mesmo já estando no exterior, Josué de Castro foi aposentado compulsoriamente de seu cargo de professor de Ensino Técnico no Brasil. Sua reação imediata foi de consternação.

Após o recebimento dessa notícia, participou da “Semana da América Latina”, realizada em fins de fevereiro de 1970, em Fresnes, subúrbio de Paris. O evento, que contou com a presença de diversos conferencistas franceses especialistas em política e economia, foi dinamizado em exposições de filmes, exposições artísticas, conferências, espetáculos e vendas de livros.

Entre os dias 10 e 11 de maio de 1970, convidado pelo Instituto Centro-Americano de Administração Pública, Josué de Castro viajou à cidade de San José, capital da Costa Rica, a fim de palestrar sobre a fome. Em território costarricense, se reuniu com o presidente José Figueres Ferrer (1906-1990). Sua chegada ao país foi noticiada pelo jornal *La Nación*, em 10 de maio de 1970. Já no final de maio, partiu para a Cidade do México, capital do México, para tratar sobre questões pertinentes ao desenvolvimento da América Latina e à integração latino-americana (O Jornal, 1970, p. 6).

Em 1970, foi novamente indicado para o Prêmio Nobel da Paz, mas agora pela Associação Médica Internacional, em virtude de seus feitos no combate à fome. Entretanto, o prêmio foi vencido pelo engenheiro agrônomo estadunidense Norman Borlaug (1914–2009), por conta de suas contribuições na produção de alimentos.

Ao longo do início da década, Castro continuou participando de eventos internacionais e pronunciando conferências em diversos países ao redor do mundo. Em abril de 1971, viajou a Havana, capital de Cuba, para participar do V Congresso da Associação Médica Internacional. Já em maio de 1972, ajudou a organizar a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, ocorrida em Estocolmo, capital da

Suécia.

Em julho do mesmo ano, foi à Venezuela, em visita oficial, sendo convidado por diversos organismos técnicos do país para palestrar em várias regiões do país. Em Caracas, foi entrevistado pela Rádio Rumbos e recebido pelo presidente Rafael Caldera (1916-2009). Em 02 de setembro de 1972, deixou o Brasil pela última vez, com visto de saída, concedido pelo Instituto Félix Pacheco. Em agosto, solicitou ao Consulado-Geral em Paris a prorrogação de seu passaporte comum, que havia sido expedido em 13 de maio de 1971 e tinha validade até 12 de maio de 1973.

Não obstante, ao passo que se consolidava ainda mais como uma figura pública internacional, Josué de Castro mantinha o desejo de retornar ao Brasil e reassumir o cargo de docente de Geografia Humana na nova Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), antiga Universidade do Brasil (UB), onde era catedrático antes do golpe civil-militar de 1964. No primeiro semestre de 1973, em face de se completar o prazo de dez anos de seus direitos políticos terem sido cassados, Castro entrou com recursos para anular a sua aposentadoria compulsória resultante do Ato Complementar 78 de 1970.

O pedido de reintegração foi indeferido inicialmente pelo general-presidente Emílio Garrastazu Médici (1905-1985). Entretanto, a sentença foi recorrida e transformada em grau de apelação no Tribunal Federal de Recursos (TFR). O ministro Armando Leite Rollemberg (1921-1994), então presidente do Tribunal, transferiu a incumbência da tomada final de decisão para o Supremo Tribunal Federal (STF). Nesse ínterim, ainda foi convidado para participar da conferência dos não-alinhados, que foi realizada em Argel, capital da Argélia (Diário de Notícias, 1973, p. 6).

Em meio a recusas do Consulado Brasileiro em revalidar o seu passaporte e aguardando a decisão de sua reintegração ou não, Josué de Castro, ainda desejoso de retornar ao Brasil, foi encontrado morto por sua companheira, Glauce Rego Pinto, em seu quarto na manhã do dia 24 de setembro de 1973, aos 65 anos. No exílio, faleceu vítima de uma crise cardíaca, deixando sua única esposa e três filhos.

O seu funeral religioso aconteceu na parte da manhã do dia 27 de setembro na Igreja Saint-Philippe-Du Roule, em Paris. Um dia após, seu corpo foi trasladado para o Brasil, chegando pelo então estado da Guanabara, onde, no dia seguinte, foi sepultado pela manhã na Capela Real Grandeza do Cemitério de São João Batista, no bairro de Botafogo, no Rio de Janeiro. A cerimônia fúnebre foi acompanhada por cerca de 150 pessoas, entre familiares e amigos próximos. Seu corpo jaz no túmulo 6358/A.

Considerações finais

Reafirma-se a relevância de Josué de Castro como uma figura emblemática que enfrentou a repressão da ditadura civil-militar brasileira, no qual ocasionou em seu desterro e cassação de seus direitos políticos. Mesmo afastado do cenário político nacional, continuou a contribuir significativamente no campo internacional, ocupando posições de prestígio em universidades, eventos e organizações globais, demonstrando sua persistência em promover o desenvolvimento humano e o combate à fome.

Como evidenciado, Josué não apenas se destacou por sua atividade política no Brasil. Durante o exílio, funções acadêmicas na Universidade de Paris e em outros organismos internacionais prevaleceram como formas de resistência. Nesse sentido, seu lugar de combate à ditadura civil-militar se configura em sua atuação intelectual no cenário global. A análise de sua trajetória evidencia, portanto, que o geógrafo resistiu por meio da palavra, do conhecimento e do debate global em torno de assuntos socialmente relevantes em seu período e na atualidade.

A sua resistência ao golpe e sua consequente reintegração ao cenário intelectual global, a partir de centros de estudo na Europa e na América Latina, evidenciam sua dedicação a causas sociais, especialmente a erradicação da fome. As inúmeras homenagens e convites que recebeu em diversos países reforçam seu reconhecimento como uma voz ativa e respeitada no contexto das discussões sobre subdesenvolvimento e justiça social.

Ao analisar sua trajetória entre 1964 e 1973, percebe-se que, mesmo diante da repressão política e do exílio forçado, Josué de Castro não se afastou de seu compromisso com o desenvolvimento humano, em especial nas nações do Terceiro Mundo. Sua atuação internacional reforça a complexidade de sua figura como intelectual, político e ativista, além de destacar como a ditadura brasileira afetou não apenas a política interna, mas também a imagem do Brasil no cenário global.

Sua atuação política durante o regime ditatorial revela uma trajetória marcada pela ambiguidade entre resistência e afastamento. Sua relação com ditadura foi, portanto, atravessada pela tensão entre o desejo de retorno e as barreiras impostas pela repressão, culminando em sua cassação e aposentadoria compulsória. Essa convivência forçada com o autoritarismo o afastou do protagonismo político direto no país, mas o posicionou como uma figura influente no debate global sobre justiça social. Sua luta, embora deslocada do Brasil, reflete os desafios enfrentados pelos intelectuais exilados, que precisaram encontrar novos espaços para expressar suas resistências em um contexto de

silenciamento político e censura.

Portanto, o percurso do pernambucano durante a ditadura revela a tensão entre a repressão autoritária e a resistência de intelectuais que, como ele, buscaram criar alternativas e continuar sua luta por um mundo mais justo, mesmo à distância. Este estudo contribui, portanto, para a compreensão da importância de sua atuação, que deixou marcas indeléveis na história do Brasil e no campo internacional, servindo como inspiração para futuros estudos sobre as trajetórias impactadas pela repressão ditatorial brasileira.

Fontes primárias

Correio Braziliense. *Sociais de Brasília*. Brasília, 14 jan. 1969.

Correio da Manhã. *Correio no Ensino*. Rio de Janeiro, 03 out. 1969.

Diário de Natal. *Quarenta mil bombas atômicas ameaçam a paz, no mundo*. Natal, 06 maio 1965.

Diário de Notícias. *Periscópio*. Rio de Janeiro, 11 fev. 1969.

Jornal do Brasil. *Economista vê risco em desigualdade*. Rio de Janeiro, 29 set. 1969.

Jornal do Commercio. *Sartre, Russel e Josué vão julgar Lindon Johnson*. Manaus, 14 ago. 1966.

Jornal do Commercio. *Josué de Castro ficará em Paris*. Rio de Janeiro, 24 abr. 1964.

Jornal do Commercio. *Josué de Castro no Rio em missão da ONU*. Rio de Janeiro, 29 jun. 1967.

Jornal do Commercio. *J. Castro deixa Genebra por Paris*. Rio de Janeiro, 23 maio 1967.

Jornal do Commercio. *Reunião no Chile para dar panorama do mundo em 2.000*. Rio de Janeiro, 15 nov. 1967.

Jornal do Commercio. *Josué diz em Madri como prefere o desenvolvimento*. 23 nov. 1968.

Manchete. *Posto de escuta*. Rio de Janeiro, 05 dez. 1964.

Manchete. *Posto de escuta*. Rio de Janeiro, 02 dez. 1967.

Manchete. *Josué de Castro: um homem contra a fome*. Rio de Janeiro, 06 out. 1973.

O FLUMINENSE. *Frente Ampla*. Rio de Janeiro, 03 jun. 1968.

O JORNAL. *Incrível*. Rio de Janeiro, 15 abr. 1964.

- O JORNAL. *A notícia em poucas palavras*. Rio de Janeiro, 10 jul. 1965.
- O Jornal. *Josué deixa o Irã*. Rio de Janeiro, 24 maio 1967.
- O Jornal. *Josué deseja criar Universidade*. Rio de Janeiro, 17 jun. 1967.
- O Jornal. *Tarso instala Conselho e pede união de esforços*. Rio de Janeiro, 23 abr. 1968.
- O Jornal. *Conflito de interesses*. Rio de Janeiro, 27 maio 1970.
- Tribuna da Imprensa. *Tribuna no mundo*. Rio de Janeiro, 25 ago. 1965.
- Tribuna da Imprensa. *Josué: Brasil está sem rumo definido*. Rio de Janeiro, 17 ago. 1967.
- Última Hora. *Gente por aí*. Rio de Janeiro, 22 ago. 1964.
- Última Hora. *Josué*. Rio de Janeiro, 30 ago. 1965.

Referências bibliográficas

- AIRES, Luísa. *Paradigma qualitativo e práticas de investigação educacional*. Lisboa: Universidade Aberta, 2011.
- AMORIM, Helder Remigio de. “*Um pequeno pedaço do incomensurável*”: a trajetória política e intelectual de Josué de Castro. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.
- BARROSO, Lucas.; QUEIROZ, Andréa Cristina de Barros. A trajetória polissêmica de Josué de Castro. *Revista Cantareira*, v. 1, n. 39, 24 jan. 2025.
- BOURDIEU, Pierre. “A ilusão biográfica”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. (Orgs.) *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 183-191.
- CASTRO, Josué de. *Geografia da Fome*. A fome no Brasil. Rio de Janeiro: Edições Cruzeiro, 1946.
- CASTRO, Josué de. *Homens e caranguejos*. São Paulo: Brasiliense, 1967.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. História oral, comemorações e ética. *Projeto História*, São Paulo, n. 15, p. 157-164, abr. 1997.
- GINZBURG, Carlo. *Mitos, Emblemas, Sinais*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- GOMES, Angela Maria de Castro. Nas malhas do feitiço: o historiador e os encantos dos arquivos privados. *Revista Estudos Históricos*, v. 11, n. 21, p. 121-128, 1998.

GOMES, Paulo César. *Liberdade vigiada: as relações entre a ditadura militar brasileira e o governo francês: do golpe à anistia*. Rio de Janeiro: Record, 2019.

JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. 2. ed. Lima: Instituto de Estudios Peruanos, 2012.

MELO, Marcelo Mário de; NEVES, Teresa Cristina Wanderley (Orgs.). *Josué de Castro*. Perfis parlamentares, n. 52. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2007.

158

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

QUEIROZ, Andréa Cristina de Barros. As memórias em disputa sobre a ditadura civil-militar na UFRJ: lugares de memória, sujeitos e comemorações. *Tempo*. Niterói: PPGH/UFF, v. 27 n. 1, p. 184-203, jan./abr. 2021.

REGO, Lucas Barroso. A repressão da ditadura civil-militar às universidades brasileiras: uma análise da trajetória de três professores cassados pela UFRJ. *Ensaio de História*, v. 25, n. 1, p. 37-52, 2025.

REGO, Lucas Barroso. As universidades e a repressão da ditadura civil-militar (1964-1985): a cassação de 45 docentes pela UFRJ. *Eris - Defesa e Segurança Internacional*, v. 5, p. 22-26, 2024.

REGO, Lucas Barroso; QUEIROZ, Andréa Cristina de Barros. Ditadura, repressão e resistência: o caso de Maria Laura Mouzinho Leite Lopes (1919-2013). *Revista de Ciências Humanas*, v. 25, n. 2, p. 240-258, 2024.

REVEL, Jacques. “Microanálise e construção do social”. In: REVEL, Jacques (Org.). *Jogos de escala*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. cap. 1. p. 15-38.

YIN, Robert. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.